



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 942/2025			
RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO			
Abertura da Sala de Disputa: 02/07/2026, às 10:00h (horários de Brasília), no sítio: https://licitanet.com.br/ .		Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação:	
Encerramentodo prazo para cadastro daspropostas: Até o momento que antecede a abertura da Sessão pública.		Até 3 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.	
OBJETO: Contratação empresa especializada em serviços de Pavimentação Asfáltica, sarjeta, meio-fio e drenagem profunda - 1ª Etapa em Vias Urbanas do município de Alta Floresta d'Oeste/RO (Programa Tchau Poeira) CONVÊNIO Nº 003/2022/PGE-DER.			
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$3.264.186,04 (Três Milhões e Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Cento e Oitenta e Seis Reais e Quatro centavos)			
FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	VISITA TÉCNICA	MINUTA DE CONTRATO	
NÃO	SIM	SIM	
TIPO DA LICITAÇÃO	MODO DE DISPUTA	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	
MENOR PREÇO GLOBAL	ABERTO	R\$100,00	
Os documentos de habilitação são os constantes anexo II do edital.			
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP?	RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP?	PRIORIDADE PARA A ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?	EXIGE AMOSTRA?
NÃO	NAO	NAO	NÃO
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do Agente de Contratação			
Telefone para contato: 69 3641-2734		E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br	



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 942/2026

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Data da Abertura: 02/07/2026

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, por intermédio do(a) Agente de Contratação Oficial, designado(a) pelo Decreto nº 10.979/2025, com sede administrativa na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, Alta Floresta D'Oeste/RO, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, na forma eletrônica, por meio do portal www.licitanet.com.br, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, conforme consta no Processo Administrativo nº 942/2025.

A sessão pública ocorrerá na data, horário e local acima indicados, observadas as disposições contidas neste Edital e seus anexos.

Parágrafo único. As cotações de preços, orçamentos, pesquisas mercadológicas, estimativas de valores e cálculos de média constantes dos autos são de inteira responsabilidade do setor requisitante e/ou unidade responsável pela elaboração técnica, não cabendo ao Agente de Contratação ou à Comissão Permanente de Licitação qualquer responsabilidade quanto aos respectivos conteúdo.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

Endereço: Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo – Alta Floresta D'Oeste/RO

Agente de Contratação: Celia Ferrari

E-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br

As informações oficiais relativas à presente licitação poderão ser consultadas gratuitamente nos seguintes endereços eletrônicos:

- www.altafloresta.ro.gov.br
- Portal da Transparência do Município
- www.licitanet.com.br
- Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – AROM (www.diariomunicipal.com.br/arom)

1. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante sistema eletrônico que assegure condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as fases do certame.



1.2 Havendo divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema LICITANET e aquelas descritas neste Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, com apoio da equipe de apoio designada na forma da legislação vigente.

1.4 Todos os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário oficial de Brasília/DF, salvo disposição expressa em contrário.

2. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1 O presente certame será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente o Decreto Federal nº 10.024/2019, o Decreto Federal nº 11.462/2023, a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei Complementar nº 147/2014, o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como pelas demais normas aplicáveis e pelas condições estabelecidas neste Edital.

3. O OBJETO

1.1. 3.1 Constitui objeto da presente licitação a **Contratação empresa especializada em serviços de Pavimentação Asfáltica, sarjeta, meio-fio e drenagem profunda - 1ª Etapa em Vias Urbanas do município de Alta Floresta d'Oeste/RO (Programa Tchau Poeira) CONVÊNIO Nº 003/2022/PGE-DER.**

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1 A participação no presente certame observará as disposições da legislação vigente e as condições estabelecidas neste Edital.

4.2 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que atendam a todas as exigências previstas neste Edital e na legislação pertinente, inclusive quanto à documentação de habilitação, e que estejam devidamente credenciados junto ao sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.

4.2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão realizar cadastro prévio junto à plataforma LICITANET, mediante obtenção de login e senha pessoais, de uso exclusivo e intransferível.

4.2.2 A participação no Pregão Eletrônico ocorrerá mediante utilização da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados os prazos e horários estabelecidos neste Edital.

a) Os custos decorrentes da operacionalização e utilização da plataforma eletrônica correrão por conta exclusiva da licitante, conforme plano de adesão escolhido junto ao provedor do sistema eletrônico disponível em www.licitanet.com.br.



b) A licitante deverá promover previamente seu cadastro e credenciamento no sistema eletrônico para fins de participação no certame e cadastramento da proposta inicial de preços.

4.3 A LICITANET atuará como provedora do sistema eletrônico, nos termos do instrumento firmado com o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO.

4.4 As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedores Individuais – MEI e demais beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 deverão informar, no momento do cadastramento da proposta inicial no sistema eletrônico, seu respectivo enquadramento tributário, para fins de exercício dos benefícios legais relativos ao tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, enquadramento ou proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

4.6 A simples apresentação da proposta implicará plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como submissão integral às disposições legais aplicáveis ao certame.

4.7 Todos os custos relativos à elaboração e apresentação das propostas correrão por conta exclusiva da licitante, não cabendo ao Município de Alta Floresta D'Oeste/RO qualquer responsabilidade por tais despesas, independentemente do resultado da licitação.

4.8 A licitante é integralmente responsável pelas transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, bem como por eventual desconexão, perda de negócios ou inobservância de mensagens emitidas pelo sistema.

4.9 Não poderão participar desta licitação:

I – Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

II – Empresas em processo de falência, dissolução ou liquidação;

III – Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV – Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO;

V – Empresas suspensas temporariamente do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção aplicada;

VI – Empresas que possuam sanção restritiva de participação em licitação ou contratação aplicada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nas esferas federal, estadual ou municipal, durante o período de vigência da penalidade;

VII – Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, Agente de Contratação, membro da equipe de apoio, fiscal ou gestor do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.



4.10 A participação na sessão pública eletrônica dar-se-á mediante utilização da senha privativa da licitante.

4.11 Somente serão aceitos documentos legíveis, em formato que permita sua perfeita análise pela Administração.

4.12 Todos os documentos exigidos para participação no certame, inclusive proposta de preços e documentos de habilitação, deverão ser apresentados em língua portuguesa e com valores expressos em moeda corrente nacional.

4.13 Os documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelo respectivo consulado brasileiro e acompanhados de tradução oficial realizada por tradutor juramentado.

4.14 Não serão aceitos documentos apresentados em mídias físicas, tais como fitas, discos magnéticos ou similares, salvo quando expressamente admitidos neste Edital.

4.15 Fotografias, catálogos, prospectos, desenhos, gráficos e materiais ilustrativos poderão ser apresentados apenas como complemento da proposta de preços, quando pertinentes ao objeto.

4.16 As licitantes assumem integral responsabilidade pela autenticidade, legitimidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no certame.

4.17 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.18 As licitantes interessadas em usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores deverão observar rigorosamente as regras de enquadramento, identificação e manifestação estabelecidas neste Edital, bem como as orientações emitidas pelo Agente de Contratação e pelo sistema eletrônico durante a sessão pública.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

5.1 Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos referentes à interpretação deste Edital, de seus anexos ou quaisquer informações adicionais necessárias à elaboração das propostas deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico.

5.1.1 Os pedidos poderão ser apresentados por meio:

I – do sistema eletrônico LICITANET;

II – do e-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br; ou

III – mediante protocolo físico junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, Alta Floresta D'Oeste/RO, CEP 76.954-000, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia).



5.1.2 Na hipótese de envio por e-mail, caberá ao interessado confirmar o recebimento da mensagem junto ao Agente de Contratação ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2734, sob pena de não conhecimento do pedido.

5.1.3 O interessado deverá informar, obrigatoriamente, o número do Pregão Eletrônico, o ano e o número do processo administrativo correspondente.

5.1.4 O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à abertura do certame.

5.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como eventuais alterações, retificações, erratas, adendos ou avisos complementares relacionados ao Edital, serão disponibilizados publicamente nos meios oficiais de divulgação do certame, para conhecimento de todos os interessados.

5.3 Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico.

5.3.1 As impugnações deverão ser encaminhadas pelos mesmos meios previstos no item 5.1.1 deste Edital.

5.3.2 Na hipótese de envio da impugnação por e-mail, o interessado deverá confirmar o recebimento da mensagem junto ao Agente de Contratação ou equipe de apoio, por meio do telefone (69) 3641-2734, sob pena de não conhecimento da impugnação.

5.3.3 A impugnação deverá conter a identificação do Pregão Eletrônico, ano e número do processo administrativo correspondente.

5.3.4 Caberá ao Agente de Contratação, com auxílio da equipe de apoio e, quando necessário, dos setores técnicos competentes, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

5.3.5 A decisão acerca da impugnação será divulgada preferencialmente por meio do sistema eletrônico LICITANET e/ou pelo e-mail informado pelo interessado, cabendo ao licitante acompanhar as publicações e comunicações referentes ao certame.

5.3.6 Caso a impugnação seja acolhida e resulte em alteração capaz de impactar a formulação das propostas, será designada e divulgada nova data para realização da sessão pública do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá estar previamente credenciada junto ao sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.



6.2 A participação no certame ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico da LICITANET, devendo a licitante manifestar, em campo próprio da plataforma, pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6.3 O acesso ao sistema eletrônico para encaminhamento da proposta de preços e formulação de lances dependerá de prévio cadastramento e adesão da licitante junto à plataforma LICITANET, observadas as condições previstas neste Edital.

6.4 O login e a senha de acesso poderão ser utilizados em quaisquer pregões eletrônicos operados pela LICITANET, salvo quando suspensos por inadimplência junto ao provedor do sistema ou cancelados por solicitação da própria licitante.

6.5 A alteração, recuperação ou manutenção da senha de acesso deverá ser realizada diretamente junto ao serviço de atendimento da LICITANET, por meio do chat disponível na plataforma, sendo a nova senha encaminhada ao e-mail cadastrado pela licitante.

6.6 Informações complementares sobre credenciamento poderão ser obtidas junto à LICITANET pelos telefones (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633, ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6.7 O credenciamento no sistema eletrônico dar-se-á mediante atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível para acesso à plataforma.

6.8 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, inclusive quanto às transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET ou ao Município de Alta Floresta D'Oeste/RO qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante e presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.10 As Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI que desejarem usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atendem aos requisitos legais de enquadramento previstos no art. 3º da referida Lei Complementar.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as especificações técnicas, critérios de aceitabilidade e demais condições definidas neste Edital e seus anexos.

7.2 As propostas deverão atender integralmente às exigências técnicas e quantitativas previstas no Instrumento Convocatório.



7.2.1 Quando o julgamento ocorrer por ITEM, a licitante poderá apresentar proposta apenas para os itens de seu interesse.

7.2.2 Quando o julgamento ocorrer por LOTE, a licitante deverá apresentar proposta para todos os itens integrantes do respectivo lote, sob pena de desclassificação da proposta quanto ao lote incompleto.

7.2.3 Quando o julgamento ocorrer pelo critério GLOBAL, a licitante deverá apresentar proposta contemplando todos os itens licitados, sob pena de desclassificação da proposta.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, as licitantes deverão encaminhar suas propostas de preços exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.

8.2 A proposta deverá ser cadastrada no sistema eletrônico contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I–Valor unitário e total dos itens;

II – Marca, quando aplicável;

III – fabricante, quando aplicável;

IV – Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo especificações técnicas, modelo, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição em órgão competente, quando exigível.

8.3 A etapa de envio das propostas será automaticamente encerrada no momento da abertura da sessão pública.

8.4 O envio da proposta ocorrerá mediante utilização de chave de acesso e senha privativa da licitante, de caráter pessoal e intransferível.

8.5 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

8.6 A falsidade das declarações prestadas sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e demais penalidades cabíveis.

8.6.1 Considera-se comportamento inidôneo, dentre outras hipóteses:

I – Apresentação de declaração falsa quanto às condições de participação ou enquadramento como ME/EPP/MEI;

II – Prática de fraude ou conluio entre licitantes em qualquer fase do certame;

III – omissão de informações relevantes ou prestação de informações inverídicas.

8.7 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar, substituir ou alterar as propostas anteriormente cadastradas no sistema eletrônico.



8.8 Na fase de cadastramento das propostas não haverá ordem classificatória, a qual ocorrerá somente após a etapa de lances e julgamento das propostas.

8.9 O cadastramento da proposta no sistema LICITANET implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.10 Caberá exclusivamente à licitante acompanhar as operações realizadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.11 A licitante deverá observar rigorosamente as disposições deste Edital e seus anexos. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema LICITANET e aquelas previstas no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seus anexos.

8.12 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais, tributos, taxas, fretes, seguros, despesas administrativas, lucro e quaisquer outros custos incidentes sobre a contratação.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 Na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, o Agente de Contratação abrirá a sessão pública do Pregão Eletrônico, procedendo à análise preliminar das propostas cadastradas no sistema eletrônico.

9.1.1 O Agente de Contratação poderá suspender a sessão para análise técnica das propostas, inclusive com apoio do setor requisitante, promovendo a desclassificação motivada das propostas que:

I – Estiverem em desacordo com as exigências do Edital e seus anexos;

II – Forem omissas quanto a informações essenciais;

III – apresentarem irregularidades insanáveis;

IV – Contiverem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o objeto licitado.

9.2 A etapa de lances observará os modos de disputa previstos no art. 56 da Lei nº 14.133/2021, podendo ocorrer na forma ABERTA ou ABERTA E FECHADA, conforme parametrização realizada no sistema eletrônico LICITANET.

9.3 Verificada proposta incompatível com o objeto ou manifestamente inexequível, o Agente de Contratação procederá à sua desclassificação mediante justificativa registrada no sistema eletrônico.

9.3.1 A licitante que apresentar proposta inicial manifestamente inexequível e não comprovar sua viabilidade poderá ter sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

9.3.2 Havendo indícios de inexequibilidade, será assegurado à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, podendo ser solicitados esclarecimentos, documentos



complementares e demonstração detalhada da composição dos custos, nos termos do §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3 O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferição da exequibilidade da proposta mais bem classificada, bem como exigir documentação comprobatória da viabilidade econômica da execução contratual.

DA DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

9.3.4 Para comprovação da exequibilidade da proposta, a licitante poderá ser convocada a apresentar documentação que demonstre, de forma objetiva e fundamentada, a viabilidade econômica dos valores ofertados, observando-se os seguintes parâmetros:

- I – Apresentação de planilha detalhada de composição de custos;
- II – Comprovação de compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, mediante contratos similares, notas fiscais, tabelas referenciais ou estudos de formação de preços;
- III – demonstração de eficiência operacional, ganho de escala, tecnologia empregada ou estrutura operacional diferenciada;
- IV – Comprovação da capacidade econômico-financeira para execução do objeto;
- V – Demonstração de inclusão dos custos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais encargos legais;
- VI – Apresentação de justificativa técnica para eventual preço reduzido;
- VII – apresentação de garantia contratual, quando exigida no Edital;
- VIII – declaração formal de responsabilidade pela execução integral do contrato nos valores ofertados.

9.3.5 A exequibilidade da proposta deverá demonstrar que os valores ofertados:

- I – são economicamente viáveis;
- II – não comprometem a adequada execução contratual;
- III – atendem ao interesse público;
- IV – observam os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

9.4 Durante a fase de lances, as licitantes deverão preservar a impessoalidade, sendo vedada qualquer forma de identificação no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

9.5 A etapa competitiva será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.

9.6 As licitantes poderão ofertar lances sucessivos para os itens, lotes ou objeto global, conforme critério de julgamento adotado, sendo imediatamente informadas pelo sistema quanto ao recebimento, horário de registro e valor do lance.

9.6.1 Os lances deverão observar as seguintes condições:

- I – Deverão ser ofertados em moeda corrente nacional (R\$);
- II – Os valores unitários e totais deverão conter, no máximo, duas casas decimais;



III – deverão respeitar as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos.

9.6.2 Caso sejam identificadas inconsistências de arredondamento ou divergências numéricas, o Agente de Contratação poderá convocar a licitante para adequação da proposta ou promover ajuste automático para menor valor, quando cabível.

9.7 O sistema eletrônico será responsável pelo gerenciamento automático da etapa de lances, inclusive encerramento aleatório, prorrogações automáticas e demais funcionalidades inerentes ao modo de disputa adotado.

9.8 As licitantes poderão apresentar lances intermediários ou inferiores ao último lance por elas ofertado, observadas as regras do sistema eletrônico.

9.9 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela registrado no sistema, observando eventual intervalo mínimo de diferença de valores estabelecido.

9.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele registrado primeiro pelo sistema eletrônico.

9.11 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real acerca do menor lance registrado, vedada a identificação de seu detentor.

9.12 O Agente de Contratação poderá excluir lance manifestamente inexequível durante a etapa competitiva, oportunizando à licitante sua confirmação ou reformulação.

9.12.1 A exclusão de lance somente será possível durante a fase competitiva, antes do encerramento do item ou lote no sistema eletrônico.

9.12.2 Caso a licitante não consiga reformular ou excluir lance aparentemente inexequível antes do encerramento da etapa competitiva e posteriormente não comprove sua viabilidade, sua proposta poderá ser desclassificada na fase de aceitabilidade.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1 No presente certame, será adotado o modo de disputa ABERTO ou ABERTO E FECHADO, conforme definido no sistema eletrônico, nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.1.1 Modo de Disputa Aberto

(Inciso I do art. 31 do Decreto Federal nº 10.024/2019)

A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

a) O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo).

§ 1º A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver novos lances durante o período de prorrogação.



§ 2º Não havendo novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente pelo sistema.

§ 3º Encerrada a etapa de lances sem prorrogação automática, o(a) Agente de Contratação, assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa, mediante justificativa, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

10.1.2 Modo de Disputa Aberto e Fechado

(Inciso II do art. 31 do Decreto Federal nº 10.024/2019)

A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances e, após transcorrido período aleatório de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo previsto no § 1º, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam apresentar lance final e fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento desse prazo.

§ 3º Não havendo, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições previstas no § 2º, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), apresentar lance final e fechado no prazo de até 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos §§ 2º e 3º, o sistema poderá reiniciar a etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, apresentem lance final e fechado no prazo de até 5 (cinco) minutos, mantido o sigilo até o encerramento do prazo, observando-se, após esta etapa, o disposto no

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o(a) Agente de Contratação, auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do § 5º.

11. DA DESCONEXÃO DO(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO

11.1 Na hipótese de desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação durante a etapa de envio de lances da sessão pública, permanecendo o sistema acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos normalmente, sem prejuízo dos atos realizados.

11.1.1 Sempre que possível, o(a) Agente de Contratação dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos praticados.



11.1.2 Quando a desconexão persistir por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, por meio do CHAT MENSAGEM do sistema eletrônico disponível no endereço www.licitanet.com.br.

12. DO DESEMPATE

12.1 Após a etapa de envio de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Municipal nº 3.696/2016 e, subsidiariamente, os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, caso não haja licitante enquadrado nas hipóteses anteriores.

12.1.1 Os mesmos critérios de desempate serão aplicados quando não houver envio de lances na fase competitiva, hipótese em que a proposta inicial será considerada vinculante, desde que não tenha sido retirada, nos termos do art. 26, § 6º, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

12.2 Considera-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.2.1 Na modalidade Pregão, o intervalo percentual referido no item anterior será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

12.2.2 Em caso de equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no intervalo previsto, o sistema realizará sorteio eletrônico entre as propostas empatadas.

12.3 Em caso de empate entre empresas não enquadradas como ME/EPP, o sistema verificará automaticamente a existência de empresa enquadrada como ME/EPP cujo lance seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao menor lance válido.

12.3.1 Não havendo manifestação de interesse pelas empresas beneficiárias ou inexistindo empresa apta ao benefício, o desempate será realizado por sorteio eletrônico.

12.3.2 Existindo empresa enquadrada como ME/EPP apta ao benefício, o sistema convocará automaticamente a mais bem classificada para apresentação de lance final. Caso o valor ofertado seja inferior ao lance anteriormente vencedor, a empresa será declarada vencedora do certame.

12.3.3 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma prevista no item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, observada a ordem de classificação.

12.4 Nos itens de participação exclusiva ou cotas reservadas para ME/EPP/MEI, será observada a preferência de contratação para empresas sediadas local, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme disposto neste Edital.



12.4.1 Havendo igualdade de condições entre empresas que possuam o mesmo critério de preferência, o desempate será realizado mediante sorteio eletrônico pelo sistema.

13. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratação encaminhará, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a melhor oferta, com o objetivo de obter condições mais vantajosas para a Administração, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.2 Após o encerramento da fase de lances, das negociações e da atualização dos preços, o(a) Agente de Contratação examinará a compatibilidade da proposta em relação ao valor estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da Secretaria requisitante, bem como verificará se os valores unitários e totais foram apresentados com, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

13.2.1 Não será aceita proposta final com valor superior ao estimado para a contratação, apurado pelo setor competente, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2 Serão aceitos somente valores expressos em moeda corrente nacional (R\$), contendo preços unitários e totais com até 02 (duas) casas decimais, observadas as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

13.2.3 Caso a proposta apresente divergência quanto à quantidade de casas decimais permitidas, o(a) Agente de Contratação poderá convocar o licitante para realizar a devida adequação dos valores e, permanecendo este inerte, poderá efetuar o arredondamento automático para menor, sem prejuízo do valor global da proposta.

14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1 Se a proposta de preços apresentada não for aceitável, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda integralmente às exigências deste Edital.

14.2 Não será admitida desistência dos lances ofertados após o encerramento da etapa competitiva, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

14.2.1 A ausência de apresentação de lance durante a etapa competitiva implicará a manutenção do último preço registrado pela licitante para fins de classificação.

14.3 O Agente de Contratação poderá solicitar PROSPECTOS, FOLDERS, CATÁLOGOS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou LINKS OFICIAIS do objeto ofertado, com a



finalidade de verificar a compatibilidade das especificações apresentadas com as exigências do Edital, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado.

14.4 Constatada a existência de erros numéricos ou materiais sanáveis nas propostas de preços, desde que não comprometam o conteúdo ou a validade da proposta, o Agente de Contratação poderá promover as correções necessárias para apuração do preço final, observadas as seguintes disposições:

14.4.1 Havendo divergência entre o valor expresso em algarismos e o valor indicado por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

14.4.2 Havendo divergência nos subtotais decorrentes da multiplicação entre quantitativos e preços unitários, prevalecerão os preços unitários, procedendo-se à correção dos subtotais e do valor global da proposta.

14.4.3 Verificada divergência decorrente de erro meramente formal, de digitação ou de preenchimento, o Agente de Contratação poderá solicitar à licitante a correção da proposta, vedada a alteração do valor final ofertado.

14.4.4 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar será convocada para reelaborar e apresentar à Administração Pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do portal de licitações www.licitanet.com.br, a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao lance vencedor, acompanhada da PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS e do ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA, no prazo de 1 (um) dia útil, conforme disposto no item 11 deste Edital, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório.

15. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

15.1 A relação dos documentos exigidos para fins de habilitação no presente certame encontra-se discriminada no Anexo II deste Edital.

15.2 A habilitação da licitante será verificada mediante análise da documentação exigida neste Edital, bem como por meio de consultas aos sistemas e cadastros pertinentes, quando aplicável.

15.3 As consultas realizadas deverão comprovar que a licitante se encontrava em situação regular na data fixada para a abertura das propostas.

15.4 A consulta aos cadastros restritivos será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, considerando que as sanções decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa podem incluir a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual o sancionado seja sócio majoritário.



15.5 Sob pena de inabilitação, os documentos deverão ser apresentados observando-se as seguintes disposições:

I – Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

II – Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz;

III – Se a licitante for matriz, mas a execução do objeto ou a emissão da nota fiscal/fatura ocorrer por intermédio de filial, deverão ser apresentados documentos em nome da matriz e da filial, conforme o caso.

15.6 A Administração, por meio da Comissão de Contratação, Agente de Contratação ou servidor(es) designado(s), poderá promover diligências destinadas à verificação da autenticidade e veracidade das informações e documentos apresentados pela licitante durante o certame, podendo solicitar esclarecimentos e documentos complementares, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei nos casos de constatação de informações falsas ou inverídicas.

16. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA FINAL

16.1 Encerradas as fases de lances e negociação, o(a) Agente de Contratação solicitará à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar o envio da documentação de habilitação constante no Anexo II deste Edital, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, nos termos do § 2º do art. 38 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

16.1.1 A critério da Administração, o prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período.

16.2 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, juntamente com os documentos de habilitação, a proposta de preços atualizada e adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida conforme Anexo IV – Modelo de Proposta Definitiva.

16.2.1 O envio da documentação e da proposta final deverá ocorrer por meio do módulo HABILITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa do sistema eletrônico, dentro do prazo estabelecido após a fase de lances.

16.2.2 Poderá ser aceito, em substituição ao modelo constante do Anexo IV, o relatório de Proposta Final emitido pelo sistema LICITANET, desde que contenha todas as informações necessárias ao regular prosseguimento do certame.

16.3 A proposta final, corrigida e atualizada de acordo com o último valor ofertado, deverá possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

16.4 O preenchimento da proposta final deverá observar rigorosamente a ordem e a numeração dos itens constantes no Anexo III – Estimativa de Custos.



16.5 A licitante será integralmente responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances ofertados, nos termos do inciso III do art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, bem como pelo acompanhamento das operações durante a sessão pública, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16.6 Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, por meio do sistema eletrônico, nos termos do art. 43 do Decreto Federal nº 10.024/2019, inclusive nos casos em que a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de custos e preços.

16.7 O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para análise da documentação de habilitação e da proposta final apresentada.

16.8 Caso a documentação de habilitação esteja incompleta, contenha irregularidades ou esteja em desacordo com as disposições deste Edital e seus anexos, a licitante poderá ser declarada inabilitada.

16.9 A Administração não se responsabilizará pela perda de negócios decorrente da não apresentação de documentos exigidos para habilitação, ainda que estes possam ser emitidos gratuitamente por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade da licitante providenciar e apresentar toda a documentação exigida no momento da convocação.

16.10 Os documentos apresentados deverão possuir prazo de validade expresso ou estabelecido em lei. Na ausência de prazo de validade indicado no próprio documento, serão considerados válidos:

I – por 90 (noventa) dias, contados da data de emissão, para Certidão de Falência e Recuperação Judicial;

II – por 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão, para os demais documentos.

16.11 Não serão aceitos protocolos de entrega, comprovantes de solicitação ou quaisquer documentos substitutivos em lugar dos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

16.12 Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte que tenham declarado essa condição, e que não incorram em quaisquer hipóteses de desenquadramento, o direito à regularização da documentação fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

16.13 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha alguma restrição.

16.13.1 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da declaração da licitante vencedora, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da



documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

16.13.2 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, facultando-se à Administração convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

16.14 A Administração reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer tempo, para verificação da autenticidade, validade e veracidade dos documentos e certidões apresentados. Em caso de divergência, prevalecerá a certidão emitida com data mais recente.

16.15 Ainda em sede de diligência, havendo dúvidas quanto à autenticidade dos documentos apresentados ou à compatibilidade da atividade da licitante com o objeto licitado, poderão ser solicitados documentos complementares, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais, atestados ou outros documentos considerados pertinentes.

16.16 Nos casos em que o objeto social constante dos atos constitutivos da licitante se apresentar genérico, impreciso ou dubio, o Agente de Contratação poderá promover diligência com a finalidade exclusiva de verificar a compatibilidade das atividades exercidas pela empresa com o objeto da presente licitação.

16.17 Após a análise e aceitação da documentação de habilitação, o Agente de Contratação declarará a licitante habilitada em campo próprio do sistema eletrônico.

17. DOS RECURSOS

17.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, bem como à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 Declarada a vencedora do certame, qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, manifestar imediata e motivadamente sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema eletrônico, por meio da opção “ENTRAR C/ RECURSO”.

17.3 A ausência de manifestação imediata e motivada quanto à intenção de recorrer importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.4 O Agente de Contratação analisará a manifestação de intenção de recurso, podendo aceitá-la ou rejeitá-la de forma motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, não sendo admitidos recursos genéricos, imotivados ou manifestamente protelatórios.

17.5 A licitante cuja intenção de recurso for admitida deverá apresentar as razões recursais em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos do § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões, também via sistema eletrônico, em igual prazo, que terá início



após o encerramento do prazo concedido ao recorrente, conforme disposto no § 4º do referido artigo.

17.6 Os recursos serão dirigidos à Secretaria requisitante, por intermédio do Agente de Contratação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los devidamente instruídos à autoridade competente para apreciação e decisão.

17.7 O acolhimento do recurso implicará apenas a invalidação dos atos que não puderem ser aproveitados.

17.8 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais terá início a partir da intimação da ata de julgamento.

17.9 Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados para vista franqueada junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, na sede do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, no endereço indicado neste Edital.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Atendidas as exigências previstas neste Edital, estando a licitante devidamente habilitada e aceita a proposta de menor preço, o Agente de Contratação declarará vencedora(s) a(s) licitante(s) do(s) respectivo(s) ITEM(NS)/LOTE(S), encaminhando os autos à autoridade competente para adjudicação.

18.1.1 Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota principal ou, em caso de recusa, às licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

18.1.2 Caso a mesma empresa seja vencedora da cota reservada e da cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor valor ofertado.

18.2 A indicação da proposta vencedora, a classificação das propostas e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão em ata divulgada no sistema eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação aplicável.

18.3 A adjudicação do objeto do presente certame será realizada pela autoridade competente, após regular instrução do procedimento pelo Agente de Contratação.

18.4 A homologação da licitação compete à autoridade competente e ocorrerá após a adjudicação do objeto.

18.5 Havendo interposição de recurso administrativo e mantida a decisão pelo Agente de Contratação, os autos serão encaminhados à autoridade competente para apreciação e decisão final.



18.6 Independentemente da forma de julgamento adotada (por ITEM, LOTE ou GLOBAL), a adjudicação observará o critério definido neste Edital e respectivos anexos.

19. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR

19.1 A convocação da adjudicatária será realizada preferencialmente por meio de e-mail informado em sua proposta ou documentos de habilitação, com confirmação de recebimento, acompanhada do contrato ou instrumento equivalente para assinatura e devolução.

19.2 O prazo para assinatura e devolução do contrato ou instrumento equivalente será de até 03 (três) dias úteis, contados da confirmação do recebimento da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.3 A adjudicatária sediada no Município de Alta Floresta D'Oeste/RO poderá, facultativamente, realizar a entrega física dos documentos assinados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Brasil, nº 3044, Bairro Redondo, dentro do prazo estabelecido.

19.4 Somente na impossibilidade comprovada de utilização de meio eletrônico, a remessa dos documentos poderá ser realizada por via postal.

19.5 As comunicações oficiais relativas à presente contratação poderão ser realizadas por meio de correio eletrônico corporativo, considerando-se válidas as mensagens encaminhadas ao endereço eletrônico informado pela contratada em sua proposta ou documentação apresentada no certame.

19.6 Considerar-se-á cientificada a parte na data de confirmação de leitura da comunicação eletrônica. Na ausência de confirmação, a comunicação será considerada automaticamente recebida após o decurso de 02 (dois) dias úteis contados da data de envio.

19.7 Será facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pela vencedora, nos termos do § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.8 Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

19.9 Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nas condições estabelecidas, a Administração poderá, observados o valor estimado da contratação e eventual atualização prevista no Edital:

I – Convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação visando à obtenção de condições mais vantajosas, ainda que superiores ao preço inicialmente adjudicado;

II – Adjudicar e celebrar o contrato com as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, caso frustrada a tentativa de negociação.



19.10 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente dentro do prazo de validade da proposta caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente, conforme § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SEMIE

Projeto/Atividade: 1265 – Pavimentação Asfáltica, Sarjeta, Meio Fio e Drenagem Profunda em Vias Urbanas – Tchau Poeira;

Elemento de Despesa 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.

20.2 Poderão ser utilizados recursos provenientes de outros projetos/atividades, desde que haja disponibilidade orçamentária e necessidade devidamente justificada pela Administração.

21. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 O contratado obriga-se a executar o objeto adjudicado em conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Edital, seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições constantes do Instrumento Convocatório.

21.2 As vantagens eventualmente apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta e aceitas pela Administração integrarão o contrato, passando a constituir obrigação contratual.

21.3 A execução das obrigações assumidas em decorrência da participação neste certame, bem como os casos omissos no Edital e no contrato, reger-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica vedada a cessão ou transferência total do contrato sem prévia autorização da Administração.

21.5 É vedada a subcontratação integral do objeto, admitindo-se a subcontratação parcial apenas em situações excepcionais e mediante prévia e expressa anuência da Administração.

21.6 Constituem obrigações contratuais todas as disposições previstas neste Edital e em seus anexos, especialmente aquelas descritas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do Instrumento Convocatório.

21.7 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco



por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

22. DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATUAIS

22.1 Em observância ao princípio da anualidade da proposta, nos termos da Lei nº 10.192/2001, será concedido reajuste de preços mediante solicitação da contratada, desde que transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta final no certame.

22.1.1 O índice aplicável para fins de reajuste será o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

22.2 Eventuais prorrogações contratuais observarão as disposições do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

23. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

23.1 Em conformidade com o art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

I – Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contratadas, mediante termo de recebimento provisório emitido pelo servidor responsável;

II – Definitivamente, após verificação da conformidade e adequação do objeto às exigências contratuais, mediante termo de recebimento definitivo emitido pelo fiscal do contrato ou comissão designada.

23.2 Nos termos do § 1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, constatada execução incompleta ou em desacordo com as condições contratadas, o prazo para recebimento definitivo ficará suspenso até a regularização da situação.

23.3 O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Projeto Básico, proposta ou contrato, devendo a contratada promover, às suas expensas, os reparos, correções ou substituições necessárias no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

23.4 Na hipótese de rejeição do objeto, o recebimento provisório perderá seus efeitos jurídicos, inclusive quanto à eventual descaracterização da mora contratual.

23.5 Realizadas as adequações, substituições ou reparos necessários dentro do prazo fixado, o objeto será novamente submetido ao recebimento provisório e, estando em conformidade, posteriormente ao recebimento definitivo.



23.6 Verificada a impossibilidade de adequação do objeto ou não alcançado o resultado esperado após concessão de prazo para regularização, poderá a Administração promover a rescisão unilateral do contrato e aplicar as penalidades cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.7 Observado o Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA solicitará à fiscalização da CONTRATANTE a realização das medições dos serviços executados, apresentando posteriormente a nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa.

23.8 O pagamento será efetuado na forma e prazos estabelecidos no Termo de Referência e/ou Projeto Básico, contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada.

23.9 Considerar-se-á como data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

23.10 A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue ao fiscal do contrato, na sede do Contratante.

23.11 A nota fiscal deverá estar acompanhada da documentação necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

23.12 A Administração poderá, sempre que possível, verificar diretamente em sítios oficiais a manutenção das condições de habilitação da contratada.

23.13 O pagamento somente será efetuado após o atesto do fiscal do contrato na nota fiscal/fatura e desde que a documentação da contratada esteja regular. Havendo irregularidades na documentação ou inconsistências na nota fiscal, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para o Município de Alta Floresta D'Oeste/RO.

23.14 Regularizadas as pendências, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data de protocolo da comunicação formal da contratada informando a correção das irregularidades.

23.15 O Contratante poderá suspender o pagamento, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

I – Existência de débito da contratada para com o Contratante;

II – Execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas no contrato.

24. DAS PENALIDADES

24.1 As sanções administrativas e penalidades aplicáveis às infrações cometidas durante a execução contratual observarão o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições constantes no Termo de Referência e/ou Projeto Básico.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



25.1 O presente Pregão Eletrônico observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

25.2 As licitantes assumirão todos os custos relativos à elaboração e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Alta Floresta D'Oeste/RO qualquer responsabilidade por tais despesas, independentemente do resultado da licitação.

25.3 A Administração poderá, a qualquer tempo antes da sessão pública, promover alterações neste Edital, mediante divulgação de adendo, reabrindo-se os prazos quando necessário.

25.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Agente de Contratação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

25.5 A critério da Administração, a presente licitação poderá:

I – Ser anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, em caso de ilegalidade devidamente comprovada;

II – Ser revogada, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado;

III – Ter a data de abertura transferida por conveniência administrativa.

25.6 A anulação da licitação não gera direito à indenização, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

25.7 Em caso de desfazimento do processo licitatório, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.8 O presente Edital, seus anexos e a proposta vencedora integrarão o contrato administrativo, independentemente de transcrição.

25.9 Em situações excepcionais e devidamente justificadas, o(a) Agente de Contratação poderá prorrogar prazos previstos neste Edital, desde que não haja prejuízo ao interesse público.

25.10 As licitantes são responsáveis pela veracidade, autenticidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.11 As normas deste Pregão Eletrônico serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança jurídica, da isonomia, da finalidade e do interesse público.

25.12 A declaração de vencedora e a adjudicação do objeto não asseguram direito subjetivo à contratação.

25.13 Para fins de contratação e pagamento, prevalecerá o menor preço registrado em ata.

25.14 Havendo divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerá a seguinte ordem:

I – Edital;



II – Termo de Referência;

III – Minuta Contratual;

IV – Demais anexos.

25.15 Em caso de divergência de quantitativos, prevalecerão aqueles constantes no Anexo

III – Estimativa de Custos.

25.16 Aos casos omissos aplicam-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

25.17 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o horário e o local anteriormente estabelecidos, salvo comunicação em contrário.

25.18 O sistema eletrônico gerará ata circunstanciada contendo todos os atos praticados e ocorrências relevantes do certame, a qual ficará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

25.19 A plataforma LICITANET não possui qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas entre a Administração e a contratada, especialmente quanto à entrega do objeto e à execução financeira do contrato.

25.20 Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 07h30min às 13h30min (horário local), pelo telefone (69) 3641-2734 ou pelo e-mail: cpl@altafloresta.ro.gov.br.

25.21 O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sítios eletrônicos www.altafloresta.ro.gov.br e www.licitanet.com.br.

26. DOS ANEXOS

26.1 Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Termo de Referência;
- ANEXO II – Condições para Habilitação;
- ANEXO III – Estimativa de Custos;
- ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO V – Modelo de Declaração Conjunta.



Alta Floresta D'Oeste/RO, 28 de maio de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

2. UNIDADE REQUISITANTE

2.1. As unidades requisitantes da presente contratação é a Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE.



3. OBJETO

3.1. **Contratação empresa especializada em serviços de Pavimentação Asfáltica, sarjeta, meio-fio e drenagem profunda - 1ª Etapa em Vias Urbanas do município de Alta Floresta d'Oeste/RO (Programa Tchau Poeira) CONVÊNIO Nº 003/2022/PGE-DER.**

3.2. A presente contratação será realizada por meio de rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação dos serviços de **Pavimentação Asfáltica, construção de sarjeta, meio-fio e drenagem profunda – 1ª Etapa em Vias Urbanas do Município de Alta Floresta d'Oeste/RO**, objeto do **Convênio nº 003/2022/PGE-DER (Programa Tchau Poeira)**, justifica-se pela necessidade de melhorar a infraestrutura urbana, promover maior segurança no tráfego de veículos e pedestres, garantir a acessibilidade, além de reduzir problemas de saúde pública ocasionados pela poeira e pela estagnação de águas pluviais em vias sem drenagem adequada.

4.2. O município apresenta trechos urbanos com condições precárias de trafegabilidade, sem revestimento adequado e com acúmulo de poeira no período de estiagem e lama durante as chuvas, prejudicando a mobilidade, a qualidade de vida dos moradores e comprometendo a conservação da frota pública e privada. Dessa forma, a execução das obras é fundamental para assegurar a melhoria da mobilidade urbana, valorização imobiliária, incremento econômico local e atendimento às demandas sociais da comunidade.

4.3. A planilha orçamentária reprogramada, com valor total de **R\$ 3.264.186,04 (Três Milhões e Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Cento e Oitenta e Seis Reais e Quatro centavos)**, contempla serviços de terraplanagem, pavimentação em CBUQ, drenagem superficial e profunda, calçadas e demais itens necessários para garantir a qualidade e durabilidade da obra. Os insumos e ligantes asfálticos tiveram seus preços avaliados por meio de **cotações de mercado** (CM-30, RR-1C, RR-2C e CAP 50/70), conforme demonstrado no resumo anexo, assegurando economicidade e compatibilidade com os valores praticados no setor.

4.4. A presente contratação encontra amparo nos artigos **6º, inciso IX, 18 e 40 da Lei nº 14.133/2021**, que determinam a necessidade de descrição clara do objeto, justificativa do quantitativo, economicidade e adequação do orçamento aos preços de mercado. O processo licitatório a ser conduzido deverá garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público**.

4.5. Dessa forma, a contratação é imprescindível para o cumprimento do Convênio nº 003/2022/PGE-DER, para a execução do **Programa Tchau Poeira**, e para atender às necessidades da população de Alta Floresta d'Oeste/RO, proporcionando benefícios sociais, econômicos e ambientais de forma sustentável e transparente.



5. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.
1	34737	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSTRUÇÃO DE SARJETA, MEIO-FIO E DRENAGEM PROFUNDA – 1ª ETAPA EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ANEXOS.	Obras e Instalações	1

- PROJETO TÉCNICO, PLANO DE TRABALHO, MEMORIAL DESCRITIVO e PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: ACESSANDO O LINK ABAIXO.

https://drive.google.com/drive/folders/1D3_CM05XMUi-ijGuCZITMrBGKXRnmQi6?usp=sharing

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

6.1. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

7. ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS COMO COMUM

7.1. Conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, os bens/serviços descritos neste termo não possuem características de bem de luxo, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

8. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços deverá seguir rigorosamente as **normas técnicas da ABNT, especificações do DNIT, do DER/RO e demais legislações vigentes**, garantindo a qualidade, segurança e durabilidade da obra.

➤ Execução

- Os serviços deverão ser realizados de acordo com a **planilha orçamentária aprovada**, cronograma físico-financeiro e projeto executivo fornecido pela Administração.



- Antes do início dos trabalhos, a contratada deverá instalar **canteiro de obras, placa de identificação e medidas de sinalização e segurança**.
- A pavimentação será executada mediante:
 - ✓ Regularização e compactação do subleito;
 - ✓ Execução de sub-base e base estabilizadas;
 - ✓ Aplicação de ligantes betuminosos (CM-30, RR-2C e CAP 50/70);
 - ✓ Execução de revestimento em CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente;
 - ✓ Pintura de ligação e imprimação;
 - ✓ Acabamentos e limpeza final da via.
- Os serviços de drenagem profunda incluirão escavação mecanizada de valas, instalação de bueiros celulares de concreto (BSTC), poços de visita, caixas coletoras e bocas de lobo, com posterior reaterro e compactação.
- Os serviços de drenagem superficial contemplam a execução de **meio-fio e sarjeta de concreto**, moldados no local.
- Todos os materiais empregados deverão possuir **certificação de qualidade e atender às normas técnicas** correspondentes.

➤ **Medição e Pagamento**

- As medições dos serviços executados serão realizadas periodicamente pela fiscalização da Administração, observando os quantitativos efetivamente executados e aprovados, em conformidade com a planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos contratuais.
- O pagamento poderá ser realizado conforme a proporcionalidade da execução da obra, mediante apresentação das medições devidamente atestadas pela fiscalização competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, medidos e aprovados pela Administração, ficando condicionada a liberação dos pagamentos à apresentação da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária exigida contratualmente.

➤ **Fiscalização**

- A execução será acompanhada e fiscalizada por **engenheiro civil designado pela Administração Pública**, o qual registrará em diário de obras a evolução dos serviços, a qualidade dos materiais aplicados e o cumprimento das normas técnicas.
- Caberá à contratada fornecer todos os **ensaios laboratoriais e de campo** necessários para controle tecnológico da obra, a fim de comprovar a conformidade dos serviços.

➤ **Recebimento da Obra**



- O recebimento do objeto seguirá as regras do **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se:
- ✓ **Recebimento provisório:** será realizado pela fiscalização da obra, mediante **termo circunstanciado**, após a conclusão dos serviços, para efeito de verificação do atendimento às condições contratadas.
- ✓ **Recebimento definitivo:** ocorrerá após o prazo de vistoria e testes de desempenho, mediante **termo circunstanciado de recebimento definitivo**, atestando a conformidade da obra e sua plena execução.

9. DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

8.1 Os prazos de execução e vigência contratual poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados e autorizados pela Administração Municipal, observadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 A prorrogação poderá ocorrer em razão de fatos supervenientes que inviabilizem a execução da obra nos prazos inicialmente estabelecidos, tais como:

- Alterações no projeto ou especificações técnicas;
- Acréscimos ou supressões quantitativas do objeto;
- Condições climáticas adversas que impeçam a execução dos serviços;
- Paralisações motivadas por interesse da Administração;
- Ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- Situações imprevisíveis ou de difícil previsão que impactem diretamente o cronograma da obra.

8.3 A solicitação de prorrogação deverá ser formalizada pela contratada antes do encerramento do prazo vigente, acompanhada das devidas justificativas técnicas e documentos comprobatórios, ficando condicionada à análise e aprovação da Administração.

8.4 A eventual prorrogação não implicará alteração automática dos valores contratados, salvo nos casos legalmente previstos e devidamente formalizados por termo aditivo.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO se compromete a efetuar o pagamento em até 30 dias, após processamento da nota fiscal pelo setor de execução orçamentária, através de depósito bancário, após execução do serviço e entrega do bem em local designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Alta Floresta D'Oeste - RO, comprovada a adequação com o disposto no edital.

10.2. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho e os Dados Bancários da empresa.



10.3. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência não será aprovada e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

10.4. A devolução da nota fiscal não aproveita pelo setor de pagamento em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

10.5. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO efetuará o pagamento da nota fiscal, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas, sendo efetuado a retenção da fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

10.6. Todos os pagamentos estão sujeitos à **ordem cronológica de pagamento** instituída pela Administração Municipal.

10.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal e os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio da Licitante;
- Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da Licitante;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.
- Consulta Simples Nacional no site da Receita Federal para fins de isenção do imposto de renda retido na fonte.

11. PENALIDADES

11.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir com as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas as penalidades previstas pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, a saber: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar declaração de inidoneidade.

12. HABILITAÇÃO

12.1. Para participar do processo licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, em conformidade com os arts. **62 a 69 da Lei nº 14.133/2021**.

12.2. Habilitação Jurídica



- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias;
- Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades simples;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa;
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.4. Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- Índices de liquidez e solvência compatíveis com a execução do objeto, quando exigidos.

12.5. Qualificação Técnica

- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- Indicação de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica junto ao CREA/CAU, que se responsabilizará(ão) pela execução dos serviços;
- Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no respectivo Conselho de Classe (CREA/CAU).

13. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

Projeto/Atividade: 1265 – Pavimentação Asfáltica, Sarjeta, Meio Fio e Drenagem Profunda em Vias Urbanas – Tchau Poeira;

Elemento de Despesa 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.



14. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

14.1. O projeto possui valor global de **R\$ 3.264.186,04 (Três Milhões e Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Cento e Oitenta e Seis Reais e Quatro centavos)**, conforme Planilha Orçamentária anexa, elaborada com base nas **tabelas SINAPI**. Cotação nº 102/2026 gerada pelo sistema elotech.

15. PRAZO PARA ENTREGA DO SERVIÇO

15.1. O prazo de execução dos serviços objeto desta contratação será de até **180 (cento e oitenta) dias corridos (conforme mencionado no Plano de Trabalho)**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço** pela Administração.

15.2. Eventuais prorrogações de prazo somente serão admitidas nos casos previstos no **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, mediante justificativa técnica formalmente aceita pela Administração, desde que não haja prejuízo para o interesse público.

15.3. A contratada deverá apresentar **cronograma físico-financeiro detalhado**, compatível com a execução dos serviços, o qual será acompanhado e fiscalizado pelo setor de engenharia da Administração.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1. Executar os serviços com qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

16.2. Executar todos os serviços sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;

16.3. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE acerca e dúvidas e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;

16.4. Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis à execução do serviço;

16.5. É vedada a subcontratação total e parcial do contrato;

16.6. Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

16.7. Executar os serviços em local e prazo estabelecidos no Termo de Referência e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo manter a eficiência e eficácia na execução do serviço.

16.8. Manter quadro pessoal suficiente para atendimento da CONTRATANTE, sem interrupções, seja por motivo de férias, greve, falta de estoque de material, licença, falta de



servidores. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

16.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte do objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;

16.10. O CONTRATADO deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas;

16.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;

16.12. Responder pelos danos causados diretamente a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Administração Pública;

16.13. Comunicar à Administração Pública, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

16.14. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Instrumento Convocatório;

16.15. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente;

16.16. O CONTRATADO deverá fornecer contato de fácil acesso através do WhatsApp e e-mail para que a CONTRATANTE envie empenho ou questionamento que vierem a existir;

16.17. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saudá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

16.18. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

16.19. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;



16.20. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

16.21. Exigência do Art. 69, inciso I da Lei nº 14.133/2021, qual seja a exigência da apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 últimos exercícios sociais; Considerando que o balanço patrimonial é um documento essencial para participar de licitações públicas, vez que ele dispõe de informações sobre a saúde financeira da empresa, permitindo a Administração avaliar a sua capacidade de cumprir o contrato; Considerando que a continuidade deste Processo Licitatório poderá ensejar prejuízos a Administração e que a adoção de providências é um dever de ofício das autoridades envolvidas; Considerando o Princípio da Celeridade, onde é crucial à necessidade de rapidez e agilidade do processo, com o fim de buscar a resolução dentro da legalidade no menor tempo possível, atendendo o interesse público.

17. Multas e sanções administrativas

18.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, A Lei 14.133/2021 e responsabilidades civil e criminal:

a) Até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do edital/termo de referência, prioritariamente prazo de entrega.

b) Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à administração municipal pelo infrator:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;



c) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, por intermédio do responsável designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

18.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO, relativo à execução dos serviços;

18.3. Realizar rigorosa conferência dos serviços executados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a execução total, fiel, correta do objeto;

18.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações;

18.5. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

18.6. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

18.7. Efetuar a publicação da ata de registro de preços na forma da lei;

18.8. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

19.2. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios da Administração Pública, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações e não se afastando a possibilidade de arcar perdas e danos que essa Administração venha a sofrer.

19.3. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.



19.4. As comunicações oficiais referentes à presente execução dos serviços poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documento apresentados pela empresa.

19.5. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerado válida, na ausência de confirmação, a comunicação da data do termino do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

20. LOCAL E DATA, ASSINATURA DO ÓRGÃO INTERESSADO E DO ORDENADOR DE DESPESAS

Alta Floresta D'Oeste – RO, 25 de maio de 2026

Aprovo o presente Termo de Referência.

Ederson Luiz Savegnago

*Secretário Municipal
De Infraestrutura*

Giovan Damo

*Prefeito Municipal
Alta Floresta D'Oeste – RO
Gestão 2025 – 2028*

O presente termo de referência foi elabora por:

Joel Henrique Duarte

Matriculã 6048

Aprovo o presente Termo de Referência.

Giovan Damo

*Prefeito Municipal
Alta Floresta D'Oeste – RO
Gestão 2025-2028*

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – LEI 14.133

21. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

21.1. O município de Alta Floresta d'Oeste/RO, apresenta trechos urbanos em condições precárias de trafegabilidade, ocasionando poeira excessiva no período de estiagem e lama no



período chuvoso, comprometendo a mobilidade, a segurança viária e a saúde pública. A presente contratação visa atender à necessidade de pavimentação asfáltica, construção de sarjeta, meio-fio e drenagem profunda em vias urbanas, garantindo infraestrutura adequada, melhoria da qualidade de vida da população e cumprimento do objeto do Convênio nº 003/2022/PGE-DER (Programa Tchau Poeira).

22. RECOMENDAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

22.1. Após análise das necessidades identificadas e considerando as condições técnicas da área de intervenção, recomenda-se como solução mais adequada a execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), contemplando serviços complementares de drenagem superficial e drenagem profunda, visando garantir a adequada infraestrutura viária urbana.

22.2. A solução proposta apresenta maior durabilidade, resistência ao tráfego e melhor desempenho operacional, proporcionando melhores condições de mobilidade urbana, segurança viária, trafegabilidade e conforto aos usuários das vias públicas.

22.3. Além disso, a implantação do sistema de drenagem superficial e profunda é indispensável para assegurar o correto escoamento das águas pluviais, prevenindo erosões, alagamentos, deterioração precoce do pavimento e danos à infraestrutura urbana.

22.4. A adoção do pavimento em CBUQ mostra-se tecnicamente vantajosa em razão de sua eficiência estrutural, facilidade de manutenção e melhor relação custo-benefício ao longo da vida útil do empreendimento, atendendo às necessidades da Administração Pública e ao interesse coletivo.

22.5. Dessa forma, conclui-se que a solução recomendada é a contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação asfáltica em vias urbanas, incluindo serviços de terraplanagem, drenagem superficial, drenagem profunda e demais serviços correlatos, conforme projetos, memoriais, especificações técnicas e planilha orçamentária reprogramada.

23. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

23.1. A solução compreende a execução de:

- Pavimentação em **CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente)**, com aplicação de ligantes betuminosos e imprimação;
- Construção de **meio-fio e sarjetas em concreto moldado no local**;
- Implantação de **drenagem superficial e profunda**, com bueiros celulares, caixas coletoras, bocas de lobo e poços de visita.

3.2. A execução será fiscalizada por engenheiro responsável designado pela Administração e deverá atender às normas da **ABNT, DNIT e DER/RO**.

24. BENS DE CONSUMO (COMUM E LUXO)

24.1. Conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, os bens/serviços descritos neste ETP não possuem características de bem de luxo, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.



25. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

- Empresa registrada no CREA/CAU com responsável técnico habilitado;
- Experiência comprovada em execução de obras de pavimentação e drenagem;
- Capacidade operacional e logística compatível com o porte da obra;
- Atendimento às normas técnicas brasileiras e de segurança do trabalho (NRs).

26. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

26.1. Para viabilizar a execução da obra de pavimentação asfáltica em CBUQ com drenagem superficial e drenagem profunda, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

- Realizar a elaboração, conferência e aprovação dos documentos técnicos necessários à contratação, incluindo DFD, ETP, Termo de Referência, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e projetos executivos;
- Assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira para cobertura das despesas decorrentes da contratação;
- Proceder à abertura do processo licitatório, observando os princípios e disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021;
- Designar servidor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- Providenciar a emissão da ordem de serviço após a formalização do contrato e cumprimento das exigências legais pela empresa contratada;
- Disponibilizar à contratada acesso às áreas de intervenção, bem como prestar as informações técnicas necessárias para a adequada execução dos serviços;
- Verificar previamente a existência de interferências de redes públicas, tais como abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública e telecomunicações, visando evitar transtornos durante a execução da obra;
- Realizar o acompanhamento e controle da execução física e financeira da obra, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido;
- Adotar as medidas administrativas necessárias para obtenção de eventuais licenças, autorizações e liberações junto aos órgãos competentes, quando aplicável.

26.2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

26.3. O valor estimado da contratação, conforme planilha orçamentária reprogramada, é de: **R\$ 3.264.186,04 (Três Milhões e Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Cento e Oitenta e Seis Reais e Quatro centavos).**

27. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

27.1. A contratação não será parcelada, considerando a **natureza integrada da obra**, que exige execução conjunta de pavimentação, drenagem e serviços complementares. A divisão poderia comprometer a qualidade técnica e a economicidade.



28. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

28.1. Esta contratação está diretamente vinculada ao Convênio nº 003/2022/PGE-DER – Programa Tchau Poeira, sendo parte de um conjunto de obras de pavimentação previstas pelo Governo do Estado em parceria com os municípios. Não há outras contratações interdependentes no âmbito municipal para esta etapa.

29. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

29.1. A contratação encontra-se alinhada ao **Plano Plurianual (PPA) Municipal** e ao planejamento estratégico da Prefeitura de Alta Floresta d'Oeste/RO, que prevê investimentos em **infraestrutura urbana e mobilidade**. Atende também às diretrizes estaduais de desenvolvimento urbano por meio do Programa Tchau Poeira.

30. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Melhoria da mobilidade urbana;
- Redução da poeira e lama nas vias, com impacto direto na saúde pública;
- Aumento da segurança viária;
- Valorização imobiliária e desenvolvimento econômico local;
- Atendimento às metas pactuadas no convênio firmado com o DER/RO.

31. PROVIDÊNCIAS

- Elaboração e aprovação do Termo de Referência;
- Realização do Pregão Eletrônico;
- Fiscalização da execução pela equipe técnica municipal;
- Acompanhamento e prestação de contas do convênio junto ao DER/RO.

32. IMPACTOS AMBIENTAIS

- 12.1. Os impactos ambientais serão mitigados mediante:
- Controle de poeira e resíduos durante a execução da obra;
 - Implantação de drenagem adequada para evitar alagamentos;
 - Gestão dos resíduos sólidos de construção civil;
 - Reaproveitamento e destinação correta dos materiais.

33. CONCLUSÃO

33.1. O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra a necessidade, viabilidade e vantagem da contratação, atendendo ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021. A execução da obra possibilitará a modernização da infraestrutura urbana de Alta Floresta d'Oeste/RO, promovendo mobilidade, saúde, segurança e desenvolvimento sustentável, em conformidade com o Convênio nº 003/2022/PGE-DER (Programa Tchau Poeira).

34. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP



Alta Floresta D'Oeste – RO, 21 de maio de 26

Joel Henrique Duarte

Matricula 6048

ASSESSOR NIVEL I

ANEXO II CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será realizada mediante análise da documentação exigida neste Edital. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) Agente de Contratação solicitará aos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar o envio da documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o prazo máximo de até 02 (duas) horas, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Documento de identidade e CPF do representante legal da licitante;



- 1.2 Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ (Cartão CNPJ);
- 1.3 Contrato Social, Estatuto ou instrumento equivalente em vigor, devidamente registrado, que comprove ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

2. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- 2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 2.4 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- 2.5 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- 2.7 Declaração Conjunta, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital, ou DECLARAÇÃO ÚNICA disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET;
- 2.8 Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida por sítio eletrônico oficial. Quando emitida pela internet, serão aceitas tanto a certidão da Comarca quanto a do Estado onde se localiza a sede da empresa. Na ausência de prazo de validade expresso, será aceita a certidão emitida nos últimos 90 (noventa) dias;
- 2.9 A empresa que estiver em recuperação judicial deverá apresentar comprovação de que o plano de recuperação judicial foi devidamente homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, mediante certidão expedida pelo juízo competente;
- 2.10 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo comprovar a boa situação financeira da empresa;
- 2.11 Empresas constituídas no exercício corrente deverão apresentar balanço de abertura;
- 2.12 No caso de sociedade anônima, deverá ser apresentada também a comprovação de publicação do balanço e demonstrações contábeis na Imprensa Oficial, bem como a ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial;
- 2.13 Declaração datada e assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, demonstrando a boa situação econômico-financeira da empresa, mediante análise dos índices financeiros extraídos do último balanço patrimonial;
- 2.14 Os índices deverão ser apurados com base nos dados do último balanço patrimonial exigível na forma da lei, devendo as fórmulas estar devidamente demonstradas em memorial de cálculo anexado ao balanço;



2.15 A comprovação da boa situação financeira será verificada mediante os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos superiores a 1 (um), resultantes das seguintes fórmulas:

2.15.1 $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

2.15.2 $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

2.15.3 $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$.

2.16 As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima deverão comprovar, a critério da Administração e considerados os riscos da contratação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto lícitado;

2.17 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que possam comprometer sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas de contratos firmados;

2.18 Declaração de que a proposta econômica contempla a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, legislação trabalhista, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

3.2 Indicação de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica junto ao CREA/CAU, que se responsabilizará(ão) pela execução dos serviços;

3.3 Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no respectivo Conselho de Classe (CREA/CAU).

3.7 Parcelas de Maior Relevância

a) Regularização e compactação de subleito até 20cm de espessura: 6.400 m²

b) Sub-base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida: 1.350,00 m³

c) Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura: 1.350,00 m³

d) LIGANTE Fornecimento de EAI (inclusive Transporte): 6,50 Ton.



- e) LIGANTE Fornecimento de EA-RR-2C (inclusive Transporte): 5,50 Ton.
- f) LIGANTE Fornecimento de CAP 50/70 (Inclusive transporte): 40,00 Ton.
- g) Concreto asfáltico - faixa B - areia e brita comerciais: 600,00 Ton.
- h) Pintura de ligação: 11.651,47 m
- i) Imprimação com asfalto diluído: 5.000,00 m²
- j) Meio-fio de concreto - MFC 05 moldado no local com extrusora e concreto usinado - areia e brita comerciais: 500,00 m
- k) Corpo de BSTC D = 0,60 m PA2 - areia, brita e pedra de mão comerciais: 120,00 m

4. DECLARAÇÕES (ANEXO V)

4.1 A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, especialmente do art. 299 do Código Penal Brasileiro, de que:

4.1.1 Não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2 Possui pleno conhecimento e aceita integralmente as regras e condições da contratação;

4.1.3 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

4.1.4 Cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.5 Assume responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico;

4.1.6 Sua proposta econômica contempla todos os custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas e obrigações legais;

4.1.7 Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações prestadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

4.1.8 Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, comprometendo-se a comunicar fatos supervenientes;

4.1.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

4.1.10 Não utiliza trabalho degradante ou forçado;

4.1.11 A proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer ajuste ou comunicação com outros licitantes.

4.2 Declarações para fins de critério de desempate (art. 60 da Lei nº 14.133/2021)

4.2.1 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que investe em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no País;

4.2.2 A licitante deverá declarar, quando aplicável, que adota práticas de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;



4.2.3 A empresa deverá declarar que não foi declarada inidônea ou suspensa por qualquer órgão da Administração Pública, estando apta a contratar com o Poder Público.

5. OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1 Será assegurado às empresas enquadradas como ME/EPP, que tenham declarado essa condição sob as penas da lei, o direito à regularização da documentação fiscal, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.2 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos neste Edital.

5.3 As cópias apresentadas deverão estar perfeitamente legíveis. A utilização de documento falso para fraudar o caráter competitivo da licitação sujeitará o responsável às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

5.4 Os documentos deverão possuir validade expressa ou prevista em lei. Na ausência de prazo de validade, serão aceitos:

5.4.1 Certidão de Falência e Recuperação Judicial emitida nos últimos 90 (noventa) dias;

5.4.2 Demais certidões emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias.

5.5 O(a) Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos complementares acerca dos documentos apresentados, fixando prazo para atendimento.

5.6 A aceitação das certidões ficará condicionada à verificação de sua autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, tais como:

5.6.1 Receita Federal: www.receita.fazenda.gov.br;

5.6.2 SEFIN/RO: www.sefin.ro.gov.br;

5.6.3 Previdência Social: www.previdenciasocial.gov.br;

5.6.4 Caixa Econômica Federal: www.caixa.gov.br;

5.6.5 Tribunal de Justiça de Rondônia: www.tj.ro.gov.br;

5.6.6 Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.jus.br.

5.7 No caso de empresas sediadas em outras unidades da federação, a verificação será realizada no respectivo portal oficial indicado na certidão apresentada.

ANEXO III ESTIMATIVA DE CUSTOS

Item	Discriminação	Und	Valor Estimado EM R\$
01	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSTRUÇÃO DE SARJETA, MEIO-FIO E DRENAGEM PROFUNDA –	OBRA	R\$ 3.264.186,04



1ª ETAPA EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ANEXOS.		
--	--	--

O valor máximo estimado para a presente contratação é de R\$1.240.655,63 (um milhão, duzentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Atenção: Para o preenchimento da Proposta Comercial (Anexo IV), deverá ser rigorosamente observada a ordem e a numeração dos itens constantes neste Edital, facultando-se ao licitante participar apenas dos itens/lotos de seu interesse.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Os interessados poderão apresentar proposta para quaisquer ITENS e/ou LOTES de seu interesse, de forma individualizada, observando o respectivo critério de julgamento estabelecido no Edital.

1.2 Independentemente de o critério de julgamento ocorrer por ITEM, LOTE ou GLOBAL, a análise das propostas será realizada com base no valor unitário dos itens. O item que apresentar valor unitário superior ao estimado pela Administração deverá ser adequado, sob pena de desclassificação da proposta.

1.3 Não será admitido, nos valores unitários, fracionamento de centavos superior a 02 (duas) casas decimais, sendo desprezada qualquer fração remanescente.

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À
PREFEITURA DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO Nº



Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o [e-mail](#) informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, e nos comprometemos em mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Alta Floresta D Oeste-RO.

Declaramos conhecer e concordar com todas as condições deste edital e seus anexos e apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

Atenção: O preenchimento desta proposta deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos, incluindo a Marca (quando houver) sob pena de invalidação da proposta.

Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Conforme o Termo de Referência e Edital.

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

Declaramos, sob as penalidades da lei, que:

O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado (s) ou reciclado(s).

Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.



Declaramos também que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO antes da abertura oficial das propostas;

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ /202X.

A(nome da empresa)....., CNPJ/MF Nº, sediada
(endereço completo)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail, Declaramos para
todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que
se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e Data,

(Responsável legal e assinatura)

** Quando do não envio desta declaração, poderá ainda ser utilizado o relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.*



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____/____, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA
FLORESTA D OESTE E A EMPRESA
_____.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av Brasil bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º, expedida pela (o), e CPF n.º, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE ____ (____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ____ (____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº/2026.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = I/365 \quad I = 6/100/365 \quad I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº/2023;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.



7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a



promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.



13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1.: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento 2026 e 2025 onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

** Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade*

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D Oeste, ____ de _____ de 2026.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



•Estado de Rondônia•
PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
